Estudos Preliminares

Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis para o PJMT.

Sumário

[1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) 4](#_Toc536709304)

[1.1 Contextualização 4](#_Toc536709305)

[1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I) 6](#_Toc536709306)

[1.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a) 8](#_Toc536709307)

[1.4 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) 10](#_Toc536709308)

[1.5 Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a) 12](#_Toc536709309)

[1.6 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b) 12](#_Toc536709310)

[1.7 Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c) 12](#_Toc536709311)

[1.8 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d) 12](#_Toc536709312)

[1.9 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e) 12](#_Toc536709313)

[1.10 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f) 12](#_Toc536709314)

[1.11 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) 13](#_Toc536709315)

[1.12 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) 14](#_Toc536709316)

[1.12.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a) 17](#_Toc536709317)

[1.13 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b) 18](#_Toc536709318)

[1.14 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c) 18](#_Toc536709319)

[1.15 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d) 19](#_Toc536709320)

[1.16 CBO e Convenção Coletiva de Trabalho 21](#_Toc536709321)

[1.17 Requisitos Temporais (Art. 3, V) 21](#_Toc536709322)

[1.18 Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f) 22](#_Toc536709323)

[1.19 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g) 22](#_Toc536709324)

[2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15) 22](#_Toc536709325)

[2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I) 22](#_Toc536709326)

[2.2 Qualificação técnica dos profissionais 22](#_Toc536709327)

[2.3 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II) 23](#_Toc536709328)

[2.4 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e) 23](#_Toc536709329)

[2.5 Período de Estabilização 25](#_Toc536709330)

[2.6 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b) 26](#_Toc536709331)

[2.7 Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais 26](#_Toc536709332)

[3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16) 26](#_Toc536709333)

[3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I) 26](#_Toc536709334)

[3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II) 27](#_Toc536709335)

[3.2.1 Subcontratação 27](#_Toc536709336)

[3.2.2 Do consórcio: 27](#_Toc536709337)

[3.3 Modalidade, Tipo de Licitação e Critérios de Habilitação 27](#_Toc536709338)

[3.3.1 Modalidade, Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j, Resolução 182/2013-CNJ) 27](#_Toc536709339)

[3.3.2 Não aplicação da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014. 28](#_Toc536709340)

[3.4 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V) 28](#_Toc536709341)

[3.5 Vigência Contratual (Art. 16, VI) 28](#_Toc536709342)

[3.6 Equipe de Planejamento e Apoio à Contratação (Art. 16, VII e VIII) 29](#_Toc536709343)

[4 ANÁLISE DE RISCOS (Art. 17) 30](#_Toc536709344)

[4.1 Identificação dos Riscos (Art. 17, I) 30](#_Toc536709345)

[5 APROVAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR 34](#_Toc536709346)

[Anexo A 35](#_Toc536709347)

[Lista de Potenciais Fornecedores 35](#_Toc536709348)

[Anexo B 39](#_Toc536709349)

[Contratações Públicas Similares 39](#_Toc536709350)

[Anexo C 44](#_Toc536709351)

[Composição da formação de preços salariais dos profissionais 44](#_Toc536709352)

[Anexo D 48](#_Toc536709353)

[Orçamentos 48](#_Toc536709354)

# ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14)

## Contextualização

Atualmente, o serviço técnico de sustentação de sistemas - desenvolvimento e manutenção - deste PJMT é realizado através dos Contratos 27/2014-TJ/MT (CIA n. 0058267-94.2014) e 19/2015-TJ/M (CIA n. 0057632-79.2015), dessa Coordenadoria de Tecnologia da Informação – Departamento de Desenvolvimento e Aplicações. Eles garantem a operação digital da organização com produtos tais como Gestão de Diárias, Pagamento de Precatórios, Emissão de Guias de Pagamento, Processos Administrativos - CIA, Prestação de Contas ao TCE e ao CNJ e PJe, desempenhando, dessa forma, papel central em ações de informatização e inovação das áreas administrativas e judiciais, as quais marcam presença constante no Planejamento Estratégico da Administração. Trata-se de área capaz de acrescentar, por meio de tecnologia, inovações e melhorias capazes de auxiliar na produtividade de magistrados e servidores.

A demanda atual do Departamento de Sistemas e Aplicações - manutenção e evolução do parque de sistemas e serviços informatizados, bem como a construção de novos sistemas, serviços e funcionalidades de softwares - é suportada com a alocação de um total de 72 (setenta e dois) prestadores, executando serviços de levantamento, definição, especificação, implementação, auditoria, testes e apoio a implantação para atender a um total estimado de 8.600 (oito mil e seiscentos) usuários internos ativos, e 17.000 (dezessete mil) usuários externos deste Poder. Estes 72 (setenta e dois) prestadores estão divididos em:

- 34 (trinta e quatro) desenvolvedores de sistemas, responsáveis pelas análises técnicas e alterações em código;

- 13 (treze) técnicos de qualidade, para avaliação de dificuldades avançadas de usuários e testes nas soluções;

- 5 (cinco) arquitetos de software, para definição arquitetural e desenvolvimento bibliotecas reutilizáveis;

- 13 (treze) analistas de sistemas para prospecção e detalhamento de sistemas;

- 06 (seis) controladores de projetos, para ações de acompanhamento dos projetos e

- 1 (um) Web Designer, para desenho gráfico e padronização de interfaces.

Por meio de iniciativas isoladas, outras áreas do Tribunal de Justiça - Coordenadoria de Magistrados e Coordenadoria de Recursos Humanos - estruturaram, ao longo do tempo, pequenas unidades de tecnologia para atendimento de suas necessidades pontuais, em especial a Corregedoria Geral da Justiça - DAPI – Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância, que possui a maior alocação de mão de obra terceirizada desses contratos, neste sentido.

O portfólio de softwares trabalhado por esses 72 (setenta e dois) prestadores de serviço é composto por aproximadamente 92 (noventa e dois) produtos que se desdobram em centenas serviços informatizados, produzidos internamente e disponibilizados às unidades o Tribunal (gabinetes de magistrados, unidades judicantes e cartorárias e unidades administrativas), aos advogados e aos jurisdicionados.

Além disso, há projetos previstos ou já em curso (entre projetos estratégicos e táticos) formulados para atendimento ao Planejamento Estratégico Institucional do PJMT, cujo resultado esperado considera a participação do DSA para criação de novos sistemas informatizados ou na adequação e/ou produção de novos módulos e funcionalidades nos sistemas já existentes impactados diretamente.

A manutenção, renovação e ampliação dos sistemas que compõe o rol deste PJMT, sendo eles administrativos ou judiciários, gera uma média de 6.857 (seis mil, oitocentos e cinquenta e sete) demandas anuais, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, como pode ser visto no gráfico de demandas por ano, conforme abaixo:

Figura 1 - Quantidade de demandas Departamento de Desenvolvimento

Oportuno destacar que o quantitativo de demandas sofrem acréscimos e declínios, decorrentes de diversas razões, dentre as quais se destacam: a relação cada vez mais próxima entre os processos de negócio e a gestão da informação; a crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis e em tempo hábil para suporte à tomada de decisão; a automação dos processos de trabalho objetivando sua celeridade e economicidade; as seguidas demandas de integração, migração ou atualização tecnológica de sistemas.

Nesse contexto, ainda que aparentemente estável o número de solicitações de melhorias e evolução dos sistemas existentes, e, mesmo assim, já incompatível com a capacidade de criação de novas aplicações e com a produção anual da equipe, está ocorrendo uma aglomeração de ações a serem executadas pelo Departamento, as quis se encontram em filas de atendimento a serem processadas.

Observa-se, ainda, que historicamente o PJMT não dispõe de recursos humanos próprios e suficientes para a prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de softwares, atividades de cunho estritamente técnico e especializado. O quadro atual do Departamento de Sistemas e Aplicações é composto por 13 (treze) servidores, sendo 3 (três) efetivos e 10 (dez) comissionados. Destes, apenas 10 (dez) atuam nas atividades de planejamento e gestão, estando os demais no apoio a implantação de sistemas e apoio administrativo.

No caso específico do segmento de informática, o processo de terceirização tem se acelerado nos últimos anos, em decorrência das normas legais, de orientações do TCU e do seu comprovado sucesso. Ele desonera as organizações dos altos custos de operação e manutenção da infraestrutura do ambiente de tecnologia da informação, especialmente quanto aos esforços diretos e indiretos de manutenção e para aperfeiçoamento de quadro de profissionais especializados nestas atividades. Ainda, possibilitará ao quadro técnico interno dedicar-se às principais tarefas definidas pelo DL 200/67, em seu Art. 10, par. 7º, quando determina que “A execução das atividades da Administração Pública Federal deverá ser amplamente descentralizada,” de forma a permitir ao servidor “[...] para melhor desempenhar das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”.

Por conta disso, para acomodar uma parcela da demanda do Departamento de Sistemas e Aplicações no ano de 2017, foi celebrada contratação no modelo de Sustentação e Fábrica de Software, no formato de execução baseado em Pontos de Função. A primeira para atender exclusivamente as crescentes necessidades e evoluções do PJe – Processo Judicial Eletrônico, a segunda para a construção de novos produtos relacionados ou não ao Processo Eletrônico. Desta maneira, os Contratos 131/2017 e 132/2017 atendem exclusivamente as demandas do PJe e novos produtos, não sendo objeto de sua atuação a sustentação e melhoria de todo o portfólio que sustenta a operação do Poder Judiciário de Mato Grosso. Não só isto, trata-se de um modelo de contratação recente o qual passa por fase de acomodação gerencial e melhoria de sua performance.

Ante o exposto, a prestação de serviços pretendida na contratação em tela objetiva, primordialmente, o apoio à capacidade produtiva da CTI para atender as necessidades pertinentes ao atual Portfólio de Software e demandas futuras, sob a responsabilidade do DSA, com vistas a garantir o atendimento com a celeridade, a qualidade e a satisfação almejadas em função das solicitações demandadas. Ademais disso, é certo que o Contrato n. 27/2014 tem término de vigência para maio de 2019, sendo os serviços prestados imprescindíveis ao pleno funcionamento dos recursos tecnológicos providos pelos departamentos que requerem mão de obra especializada de desenvolvimento de software, apresenta-se como essencial nova contratação que atenda com eficiência as necessidades do Poder Judiciário de Mato Grosso.

## Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

A contratação pretendida deverá considerar os seguintes requisitos com uso de práticas ágeis:

1. **Desenvolvimento de software para construção de novos sistemas, serviços e componentes informatizados não estruturantes:** objetiva a produção de sistemas de informações novos ou recriação de sistemas legados em novas plataforma tecnológicas, com tarefas tipicamente executadas na forma de um ciclo de desenvolvimento que envolva levantamento de requisitos, análise e projeto, implementação, homologação e implantação. O desenvolvimento de um novo sistema será sempre considerado para todos os efeitos como um novo projeto e será objeto de ordem de serviço específica.
2. **Sustentação e manutenção de sistemas, serviços e componentes informatizados não estruturantes já existentes:** objetiva manutenção corretiva, adaptativa, perfectiva e evolutiva de sistemas de informação existentes. Tais manutenções são definidas como:
   1. **Manutenção Corretiva:** consiste na correção de defeitos, na modificação reativa de um produto de software, realizada depois de entregue, para corrigir falhas ocorridas ou a não aderência a requisitos preestabelecidos;
   2. **Evolutiva:** é uma extensão do software além de seus requisitos funcionais originais para atender a alterações de regras de negócio ou necessidades que irão prover mais benefícios, ou seja, é uma modificação do produto de software, realizada depois de entregue, para atender requisitos de software novos ou modificados;
   3. **Perfectiva:** corresponde às adequações do sistema à necessidade de melhorias, sem alteração de funcionalidades, sob o ponto de vista do usuário. A finalidade da manutenção perfectiva é promover a melhoria de performance, a manutenibilidade e usabilidade do sistema;
   4. **Adaptativa:** essa manutenção tem o objetivo de acomodar o software às mudanças ocorridas em seu ambiente operacional, sem implicar em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades e/ou regras de negócio. Um exemplo desse tipo de manutenção ocorre quando o ambiente original (CPU, sistema operacional, regras de negócio, características externas ao produto, linguagens de programação, por exemplo) para o qual o software foi desenvolvido sofre mudanças.

## Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a)

Considerando que o objeto da demanda é a contratação de serviços técnicos de sustentação, manutenção e desenvolvimento de sistemas com práticas ágeis, não se verificam outras alternativas no mercado que não seja a terceirização dos serviços.

Por essa razão, buscou-se apenas os potenciais fornecedores no mercado de TIC capazes de atender aos requisitos desta demanda. A relação foi incluída no Anexo A deste Estudo Preliminar.

Abaixo, seguem os modelos de remunerações para a terceirização dos serviços, com as características de cada um:

**Execução Indireta (Terceirização dos Serviços)**

**Modelo de remuneração 01:** Contratação por postos de trabalho. Neste modelo de contratação emprega-se a alocação de postos de trabalho, em que os técnicos, em quantidade determinada, são inseridos no órgão para prestar os serviços. Entretanto pela Instrução Normativa nº 04/2014[[1]](#footnote-1) a regra é não contratar por postos de trabalho alocados, salvo nos casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido (art. 15, § 3º).

**Modelo de remuneração 02:** Modelo híbrido – Postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados.

Neste modelo de contratação os serviços de TI são baseados em postos de trabalho com a mensuração de resultados estipulados através de tarefas que não podem ser estimadas dentro de um catálogo de serviços, pois a CTI não dispõe de elementos e dados suficientes para planejar todos os prazos e funções necessárias. Com a utilização desse modelo é possível acompanhar a prestação de serviços, identificar deficiências e não conformidades que prejudiquem a qualidade, e consequentemente, definir ajustes necessários aos processos de trabalho.

O pagamento é realizado mensalmente somente após a aferição de resultados. Ou seja, um modelo de contratação que prioriza a adoção de regime de execução com base em unidade de medida que permita a quantificação do serviço a ser contratado e a posterior medição dos resultados proporcionados pela contratada.

**Modelo de remuneração 03:** Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Chamados: Neste modelo, a CONTRATANTE fornece o Catálogo de Serviços, especificando as ofertas com classificações de complexidade e tempo de execução. De acordo com a classificação realizada, cada oferta de serviço possui uma respectiva quantidade de Unidade de Serviço Técnico (UST), adotando-se a metodologia de construção de Acordo de Nível de Serviço – ANS. Assim, para adoção do ANS, é preciso que exista critério objetivo de mensuração, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados estão sendo realizados nas quantidades e qualidades exigidas, adequando o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

**Modelo de remuneração 04:** Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Pontos de Função (PF): O Ponto de Função (PF) é a unidade de medida que tem por objetivo tornar a medição independente da tecnologia utilizada para a construção do software. Essa medida está diretamente relacionada aos requisitos de negócio que o software se destina a abordar, ou seja, busca medir o que o software faz e não como ele foi construído.

## Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Após pesquisa na Internet, foram encontrados os editais de Pregões Eletrônicos a seguir especificados e constantes do Anexo B deste Estudo Preliminar:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Código UASG** | **Órgão** | **Pregão** | **Objeto** | **Modelo de Prestação** | **Valor global** | **Fornecedor** |
| **30001** | **Tribunal de Contas da União** | **PE nº 46/2018** | **Contratação de serviços de projeto e manutenção de software com práticas ágeis.** | **Modelo híbrido – Postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados.** | **R$ 29.196.823,00** | **Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática** |
| licitacoes-e – Banco do Brasil | Tribunal de Contas do Estado – Espírito Santo | PE nº 6/2017 | Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento de software com práticas ágeis, conforme quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1, deste Edital, bem como de acordo com a mensuração dos níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento (Anexo I.II deste Edital). | Modelo híbrido – Postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados. | R$ 2.976.694,08 | Mindworks Informática LTDA. |
| licitacoes.  caixa | Caixa Econômica Federal | PE nº 051/7066- 2017 - GILOG/BR | Contratação de empresas para a prestação de serviços de desenvolvimento de software para atendimento, predominantemente, do segmento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Item I), serviços de desenvolvimento de software para atendimento, predominantemente, do segmento de loterias CAIXA (Item II) e prestação de serviços de desenvolvimento de software para atendimento predominantemente, do segmento de Internet Banking CAIXA (Item III). | Modelo híbrido – Postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados. | R$ 25.727.954,40 | Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática |
| 50001 | Superior Tribunal de Justiça | PE nº 129/2018 | Prestação de serviços de desenvolvimento de software com uso de práticas ágeis, com alocação de mão-de-obra residente nas dependências do Superior Tribunal de Justiça | Modelo híbrido – Postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados. | R$ 7.145.232,00 | Globalweb Outsourcing do Brasil |

Realizou-se pesquisa em outros tribunais de justiça de médio porte, para análise da metodologia de contratações praticadas. Observou-se que os tribunais da Bahia, Ceará, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco e Santa Catarina possuem quadro de carreira efetiva em concurso público específico para a área de Analista de Sistemas, diferentemente da realidade vivenciada por este órgão. Os contratos que alguns deles possuem são de fábrica de software (assim como o Tribunal de Justiça possui o 132/2017 com a empresa Data Info), para o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico-PJE/Processo Judicial Digital. Portanto, não procedeu-se a utilização de contratações públicas similares destes órgãos neste Estudo Preliminar.

## Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a)

Não há contexto em que se possa considerar a continuidade das atividades desta Coordenadoria sem a contratação pretendida, já que realizar o serviço internamente, sem terceirização, é impraticável nas atuais condições, dado o quadro inexistente de técnicos na Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

Com relação à mão-de-obra, o quadro de servidores efetivos/comissionados do DSA, apesar de ter aumentado nos últimos anos, ainda não é suficiente para o atendimento da crescente demanda como a definida neste Estudo. Ainda que o DSA dispusesse de quadro próprio suficiente para o atendimento da demanda de atendimento aos usuários de TIC, as atribuições dos servidores não englobam atividades técnicas típicas de atendimento aos usuários, o que torna incompatível o modelo.

Há de se considerar, também, a orientação Político-Administrativa Brasileira – art. 10, § 7º, da Lei nº 200/67 – que rege à Administração Pública que as tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, bem como as atividades de alto nível devam ficar sob a responsabilidade de servidores do quadro permanente do órgão, sendo que as tarefas acessórias e complementares devem ser, sempre que possível executadas de forma indireta.

## Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, uma vez que a demanda está relacionada à contratação de serviços de infraestrutura e não de aquisição de solução de *software*.

## Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Não há alternativa no mercado de TIC que não as já explicitadas neste Estudo Preliminar, no item 1.3.

## Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)

Sempre que possível, o serviço de desenvolvimento de novos projetos de sistemas e manutenções deverá observar as políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário.

## Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, vez que a demanda está relacionada com a contratação de serviços, o qual não apresenta relação direta com sistema de chaves públicas.

## Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

O serviço de desenvolvimento e sustentação de sistemas deverá ser realizado em consonância, quando couber, com as orientações premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus).

## Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

Os serviços de sustentação de softwares são comercializados no mercado de TIC por meio de pagamentos mensais, a partir do valor da proposta vencedora da licitação. O valor a ser pago está atrelado ao atingimento de níveis de serviço exigidos contratualmente, de modo que deve ocorrer uma avaliação mensal para ajustar o valor a ser pago de acordo com o atingimento, ou não atingimento, das metas exigidas.

Apesar do custo estar diretamente ligado ao valor global da proposta vencedora do certame e aos níveis de serviço exigidos, o insumo principal desta contratação é mão-de-obra. Os principais custos da empresa contratada serão direcionados para o pagamento dos profissionais que prestarão o serviço.

Assim, para facilitar esta análise de custos inicial, iremos nos ater a vertente dos insumos de mão-de-obra. Entende-se que, estimar o custo total da mão-de-obra do contrato será o suficiente para embasar os custos totais da demanda tratada por este Estudo Preliminar.

Para a demonstração dos custos da contratação pretendida, o Anexo D – Composição da formação de preços salariais dos profissionais - demonstra como chegou-se no valor da remuneração dos profissionais, baseada em diversas fontes conceituadas de guias salariais e contratações públicas similares. No Anexo E, constam os orçamentos com a projeção dos salários, de acordo com o aumento exigido no perfil profissional.

O serviço de desenvolvimento de sistemas para o PJMT exige alto grau de qualificação do profissional para que se obtenha resultado tempestivo, com qualidade e aderente às necessidades das áreas de negócio. Em contrapartida, percebe-se que aplicação de glosas e sanções nem sempre se mostram eficazes para obter a regular prestação do serviço.

Pelo exposto, acredita-se que eventual redução destes pisos salariais traria risco à regular prestação do serviço em tela por resultar na alocação de técnicos com qualificação insuficiente e/ou em alta rotatividade de profissionais capacitados.

Ademais, cabe lembrar que a adequada prestação de serviços complexos como o objeto da contratação em tela requer investimento na ambientação do profissional terceirizado que consiste principalmente na passagem de conhecimentos acerca da realidade do órgão necessários à prestação do serviço. Por isso a rotatividade de pessoas neste tipo de contratação é inoportuna também para o contratante.

Em síntese, considerando que o patamar salarial mínimo atualmente praticado no âmbito dos Contratos 27/2014, 19/2015 e 131/2017 é compatível com o mercado, que a sua eventual redução implicaria em afronta ao princípio da isonomia e seria inoportuna ao Tribunal, sugere-se a sua manutenção no certame ora proposto.

Pertinente ao custo de viagem técnica, determinou-se um custo de 2 % sobre o valor total da contratação para o serviço de deslocamento técnico a ser utilizado durante a vigência contratual, para viagens a serem realizadas ao Conselho Nacional de Justiça-CNJ, visitas técnicas a outros órgãos públicos, ou outras demandas que surgirem durante o período contratual.

Quanto às horas extras, estabeleceu-se um custo de 5% sobre o valor total da contratação, a serem utilizados em demandas excepcionais, com autorização do fiscal técnico.

Os valores referentes a composição da formação de preço dos perfis profissionais e orçamentos estão nos Anexos D e E.

## Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

Conforme já explicitado na contextualização desta contratação, o Departamento de Sistemas e Aplicações- DSA – não dispõe de quadro permanente de servidores deste PJMT para o desempenho das funções embarcadas nos contratos atuais.

Das soluções apresentas no Item 1.3 – Soluções Disponíveis no Mercado abaixo esclarecemos porque os modelos de remunerações 01, 03 e 04 não estão condizentes com nosso cenário de desenvolvimento:

**Modelo de remuneração 01:** Contratação por postos de trabalho. Neste modelo de contratação emprega-se a alocação de postos de trabalho, sem a medição de resultados. Ou seja, será pago o valor integral dos salários independentemente se os postos estão trabalhando a contento ou não.

**Modelo de remuneração 03:** Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Chamados: Neste modelo, a CONTRATANTE fornece o Catálogo de Serviços, especificando as ofertas com classificações de complexidade e tempo de execução. Entretanto, a presente solução não é viável, pois atualmente a CTI não dispõe de elementos e dados suficientes (prazos para atendimento, critérios para priorização, número real de atendimentos realizados, dentre outros) para planejar esse modelo de contratação, tampouco de recursos humanos necessários para fiscalização.

Modelo de contratação de serviços com remuneração unicamente por uso da métrica de Unidades de Serviço Técnico (UST), mostra-se ineficiente pois não gera resultados ou produtos aferíveis pela Contratante Neste modelo a contratada recebe exclusivamente pela quantidade de incidentes e problemas resolvidos sem se preocupar com a melhoria de sua eficiência na prestação dos serviços.

**Modelo de remuneração 04:** Prestação de serviços por preço variável, remuneração baseada somente no uso da métrica de Pontos de Função (PF): O Ponto de Função (PF) é a unidade de medida que tem por objetivo tornar a medição independente da tecnologia utilizada para a construção do software. Essa medida está diretamente relacionada aos requisitos de negócio que o software se destina a abordar, ou seja, busca medir o que o software faz e não como ele foi construído.

No entanto este modelo de remuneração para uma metodologia ágil envolve risco para a contratação. O desenvolvedor contratado pode resistir a executar tarefas que não aumentem o tamanho funcional do software, pois o comportamento incentivado é a produção de pontos de função, e não a execução de tarefas necessárias com qualidade.

A metodologia utilizada para remunerar os serviços originou-se de adaptação que concilia a contratação por postos de trabalho com a remuneração vinculada ao cumprimento de níveis de serviços para as particularidades do desenvolvimento de software com práticas ágeis, denominada modelo híbrido - Modelo de remuneração 2 do Item 1.3- na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 47/2013 e 1.125/2009, ambos do Plenário TCU.

Assim, a contratação ora pretendida parte da premissa de que não há alternativas a curto e médio prazo para o atendimento das necessidades de desenvolvimento e manutenção de sistemas do TJMT. Portanto, não se visualiza outra solução imediata a não ser a contratação do serviço especificado neste Estudo Preliminar.

O principal motivo para que estas atividades sejam realizadas por empresas contratadas é o custo: o “preço” final pago por cada profissional dedicado para as atividades em questão, geralmente é bem inferior ao custo de um servidor público, que pode ser utilizado em atividades que precisem ser desempenhadas por profissionais do órgão, ou atividades mais complexas e gerenciais.

Cabe ressaltar que as atividades de desenvolvimento e manutenção de softwares, apesar de proporcionarem um serviço de natureza continuada para o TJMT, não fazem parte do rol de atribuições dos cargos de servidores (SDCR) do Tribunal de Justiça, sendo, portanto, passível de terceirização.

Desta forma, o modelo de terceirização é adequado ao escopo da contratação pretendida, com definições das formas de mensuração do desempenho da contratada na prestação do serviço.

Em síntese, o modelo de contratação prevê que a empresa contratada proverá equipe de desenvolvimento para prestação do serviço, sob demanda, que será formalizada por meio de Ordem de Serviço – OS e durante período a ser definido de acordo com o projeto a ser executado, com a composição e qualificação mínimas exigidas e será remunerada pelos postos de trabalho mediante atendimento de níveis mínimos de serviço previstos no instrumento convocatório. Ou seja, caso haja descumprimento de nível mínimo de serviço, haverá desconto no valor ofertado pela contratada, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Com a utilização desse modelo é possível acompanhar a prestação de serviços, identificar deficiências e não conformidades que prejudiquem a qualidade e, consequentemente, definir ajustes necessários aos processos de trabalho e implementar ações para a melhoria contínua.

Entende-se que não há relação de subordinação hierárquica no modelo ora proposto pelo fato de que na dinâmica de trabalho em metodologias ágeis, a comunicação que ocorre entre a equipe de desenvolvimento e os demais participantes do projeto não é a transmissão de ordens de uma parte para outra, e sim o intercâmbio de informações a que se refere o Acórdão nº 2.132/2010-TCU –Plenário no trecho do voto do relator transcrito a seguir:

45. Por outro lado, não se pode negar que, sendo lícito o objeto para efeito de terceirização, o sucesso da contratação, sob a ótica da eficiência das empresas estatais, pode estar sujeito ao intercâmbio de informações entre profissionais do quadro e da empresa terceirizada, mormente quando aqueles assumem o papel de clientes destes, a exemplo dos contratos do BNDES acima examinados. Naqueles casos, os objetos não se referiram a atividades-fim, tampouco ficou demonstrado pela equipe relação de subordinação direta. Destarte entendo que a existência de habitualidade e pessoalidade, sem a comprovação cabal de relação subordinativa, não implica ilegalidade do contrato de prestação de serviço. (grifo nosso)

Essas características evidenciam que o modelo de contratação por serviço baseado na entrega de resultados é a solução mais vantajosa para a Administração.

A força de trabalho dos parcos servidores do Departamento de Sistemas e Aplicações está focada em atividades de planejamento, coordenação e controle. Assim, as atividades de desenvolvimento e sustentação de softwares são prestadas por profissionais terceirizados, por meio dos Contratos TJMT nº 27/2014 e 19/2015. Considerando que o Contrato 27/2014 tem término de vigência previsto para maio de 2019, e sendo os serviços prestados nele imprescindíveis ao pleno funcionamento dos recursos tecnológicos providos pelo DSA da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, é evidente a necessidade de nova contratação para dar continuidade e atender com eficiência os clientes que necessitam do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Cabe ressaltar que as atividades a serem desenvolvidas pelos prestadores de serviços ocorrerão nas dependências do TJMT, o que nos remete para a necessidade de estabelecer meios de garantia do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas pela Contratada, conforme dispõem as Resoluções CNJ nº 169/2013 e 183/2013.

Contudo, o controle e o acompanhamento das atividades executadas ficarão sob a responsabilidade da própria Contratada, mediante a disponibilização de um preposto, uma vez que os serviços serão pagos mediante resultados efetivamente alcançados.

Por fim, em ressalva sobre o modelo hibrido com medição de resultados observou-se as contratações públicas similares, em especial a realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU - Pregão Eletrônico 46/2018, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo –TCE-ES- Pregão Eletrônico 6/2017, Caixa Econômica Federal – Pregão Eletrônico 51/7066-2017 e Superior Tribunal de Justiça - STJ- Pregão Eletrônico 129/2018. Em leitura dos editais, bem como dos Termos de Referência dos referidos Pregões, constatou-se que a prática indica remuneração mínima para os técnicos a serem contratados, em nítido objetivo de nivelamento  entre os profissionais a serem disponibilizados, bem como para a conveniente e necessária diminuição da rotatividade dos profissionais dedicados à sustentação de sistemas estratégicos, nos quais o atendimento deve ser ágil e célere, pressupondo conhecimento acerca de sistemas e infraestrutura existentes.

Cabe ainda destacar que, devido à adoção de práticas ágeis, todo membro da equipe de desenvolvimento irá interagir diretamente com representantes das áreas de negócio do Tribunal, sendo que estes últimos poderão pertencer a diferentes níveis hierárquicos do TJMT.

Outrossim, a experiência ao longo dos anos nas unidades de TI deste Tribunal tem demonstrado que o custo-benefício de se ter profissionais de menor remuneração e, consequentemente, de menor competência atendendo às necessidades do órgão tem se mostrado desfavorável (Relatório de auditoria sobre contratação de desenvolvimento de software realizado pelo TCU - TC n. 002.116/2015-4)

Ou seja, acredita-se que a eventual economia na menor remuneração paga ao contratado não compensa as desvantagens e riscos decorrentes, como atraso e baixa qualidade dos produtos entregues, insatisfação das unidades de negócio que acabam mal atendidas, o não alcance dos benefícios esperados com o projeto, necessidade de retrabalho futuro, etc.

Diante das experiências anteriores, acredita-se, por experiência própria, que o resultado obtido com a prestação do serviço por profissionais de TI altamente qualificados torna vantajosa a análise custo x benefício desta escolha, mesmo aumentando o valor a ser investido em virtude da necessidade de remuneração compatível.

E como benefício complementar a este Tribunal, há de se ressaltar que quanto maior o nível dos analistas, arquitetos e desenvolvedores de TI e, consequentemente, da sua remuneração, menor o risco de rotatividade deste profissional. Sabe-se que rotatividade de pessoal implica, em regra, perda de produtividade. Tais fatos já foram constatados pelas unidades de tecnologia da informação deste TJMT no âmbito de vários contratos.

A contratação permitirá que o PJMT exerça uma Gestão de TI mais eficiente e contribuirá de maneira decisiva para a qualidade da prestação jurisdicional, já que os usuários poderão beneficiar-se dos recursos computacionais de modo mais seguro e produtivo.

Diante do exposto e considerando a importância do desenvolvimento e sustentação de softwares de TI aos sistemas de informação, aliada à atual inexistência de quadro de servidores de TIC neste TJMT, torna-se essencial para o adequado funcionamento desse ambiente, a contratação dos serviços continuados de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis.

### Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

Prestação continuada de serviços técnicos especializados para a sustentação e manutenção de softwares do Poder Judiciário de Mato Grosso, durante 30 (trinta) meses, prorrogáveis conforme possibilidades definidas na Lei nº 8.666/1993.

Os serviços a serem prestados compreende as seguintes modalidades: Gerentes de Projetos, Arquitetos de Sistemas, Analistas de Sistema, Desenvolvedores, Analistas de Qualidade, Analistas de UX e Web Designer, conforme perfis estabelecidos neste Estudo Preliminar.

Essas modalidades devem ser prestadas por equipes, com metodologia ágil, dotadas de competências técnicas especializadas, e que devem buscar, de forma conjunta e compartilhada, o alcance das seguintes vertentes:

* Solucionar, de forma precisa e conforme prazos estabelecidos, as demandas pertencentes ao escopo de atividades delegadas por esta contratação;
* Permitir que as equipes especializadas concentrem sua atuação em atividades que proporcionem maior fluxo de valor à instituição, tais como:

1. Entrega de novos serviços de TIC;
2. Aperfeiçoamento dos serviços de TIC existentes;
3. Solução de demandas de maior complexidade.

## Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

Atender as metas do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

PEP**4.1** e PAPEP 2 e 3:

* **Tema:** Infraestrutura e Tecnologia.
* **Objetivo Estratégico:** Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
* **Iniciativa Estratégica:**Contratação de empresa para a prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares com práticas ágeis para o PJMT.
* **Projeto:**4.1 – Melhoria da infraestrutura e serviços de TI.
* **Justificativa:**Assegurar as necessidades de desenvolvimento, adequação e evolução dos sistemas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
* **Plano de contratação TIC – 2019**: Esta ação está prevista no Plano de Contratações de 2019, Item 3, Crítico – Serviços terceirizados de desenvolvimento.

## Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

* Permitir que os servidores do quadro efetivo do PJMT realizem atividades de alto nível como as relacionadas ao planejamento, coordenação, supervisão, controle e melhoria do processo de desenvolvimento e sustentação dos produtos do PJMT;
* Melhorar a qualidade das entregas de software aos usuários, por meio de um modelo de contratação que permita estabelecer critérios de aceitação mais rigorosos, além de indicadores a serem atendidos durante a execução das demandas;

## Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)

O dimensionamento do serviço a ser contratado considera não só o atendimento integral das demandas atuais do PJMT, mas também as futuras e suas projeções, no que tange ao desenvolvimento e sustentação de softwares.

A quantidade de colaboradores que prestam serviço no DSA por meio dos atuais contratos, foi mensurado de acordo com as demandas da época, quando da sua confecção, nos idos de 2013.

Acelerado por um movimento global, ao longo dos últimos anos o Poder Judiciário tem passado por uma verdadeira revolução em seu meio digital, sendo na adequação de antigos sistemas ou na criação de novas plataformas. A mais evidente e grandiosa iniciativa se apresenta pelo PJe - Processo Judicial Eletrônico, contudo, apesar de sua magnitude, trata-se apenas de uma fração em relação a todo o portfólio de produtos digitais que exige contínuo aprimoramento para funcionamento e adesão aos processos de trabalhos cobertos nas mais diversas áreas institucionais. Ainda assim, pretende-se uma contratação com o quantitativo similar aos perfis profissionais das contratações atuais.

Estes contratos englobam o atendimento de controladores de projeto, arquiteto de sistemas, analista de sistemas, desenvolvedor sênior, desenvolvedor pleno, desenvolvedor júnior, técnico de qualidade sênior, técnico de qualidade pleno e web designer. As principais diferenças entre os perfis atuais e os serviços que se pretende contratar são inclusão de novos cargos em face da necessidade de:

* Analista de Qualidade: Responsável por garantir a aplicação de técnicas de qualidade de software nos produtos produzidos.
* Analista de UX: Responsável por estudar, planejar, prototipar e realizar testes e pesquisar com usuários a fim de produzir o melhor produto para a instituição.
* Os cargos de técnico de qualidade serão absorvidos no cargo de Analista de Qualidade.

O quantitativo de profissionais informado na Tabela 2, abaixo, é o número necessário para atender a demanda existente, já que o contrato é baseado em níveis de serviço, medido por indicadores.

Para tanto, segue quadro comparativo dos perfis profissionais existentes e os pretendidos para a nova contratação:

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 1- Perfis profissionais presentes nos Contratos TJMT nº 27/2014 e 19/2015** | |
| Cargo / perfil | Quantitativo |
| Controlador de Projetos | 6 |
| Arquiteto de Sistemas | 5 |
| Analista de Sistemas | 13 |
| Desenvolvedor Sênior | 13 |
| Desenvolvedor Pleno | 16 |
| Desenvolvedor Júnior | 5 |
| Técnico de Qualidade Sênior | 7 |
| Técnico de Qualidade Pleno | 6 |
| Web Designer | 1 |
| Total | 72 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 2- Perfis profissionais com quantidades desejadas para a nova Contratação** | |
| Cargo / perfil | Quantitativo |
| Gerente de Projetos de TI | 4 |
| Arquiteto de Sistemas | 5 |
| Analista de Sistemas | 10 |
| Desenvolvedor Sênior | 17 |
| Desenvolvedor Pleno 2 | 16 |
| Desenvolvedor Pleno 1 | 10 |
| Analista de Qualidade | 4 |
| Analista de UX | 1 |
| Web Designer | 1 |
| TOTAL | 68 |

## 

Alguns perfis profissionais prestarão serviços em outros departamentos do TJMT, como: Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância-DAPI, Departamento de Recursos Humanos-DRH, Coordenadoria de Comunicação e Coordenadoria de Magistrados, sendo alocados conforme disponibilidade do Departamento de Sistemas e Aplicações.

Desta forma, considerando a capacidade disponível do DSA para gerenciar projetos de novos sistemas corporativos e para realizar a fiscalização contratual, entende-se que o quantitativo de perfis mencionados irá atender o volume de serviço para o período de vigência contratual, de forma que toda demanda prevista será contratada.

## CBO e Convenção Coletiva de Trabalho

Para fins de auxiliar as estimativas de custos da contratação, elaborou-se a seguinte tabela relacionando os perfis profissionais sugeridos para a contratação (conforme Tabela 2) e uma indicação de possível CBO – Confederação Brasileira de Orientação, considerando perfis profissionais similares aos que atuarão na contratação em análise:

**Tabela 03 – CBO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Cargo/Perfil** | **CBO** |
| Gerente de Projetos de TI | 1425-20 |
| Arquiteto de Sistemas | 2124-05 |
| Analista de Sistemas | 2124-05 |
| Desenvolvedor | 2124-05 |
| Analista de Qualidade | 2124-05 |
| Analista de UX | 2124-05 |
| Web Designer | 2624-10 |

Para todos os perfis profissionais apresentados nestes Estudos Preliminares, a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para a categoria pode ser encontrada no site do SINDPD-MT. A Convenção de 2017/2018 está disponível no seguinte link: http://admsite.angelhost.com.br/galeria/sindpd-mt/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o.Coletiva.de.Trabalho.Homologada%20pelo%20TRT%20MT%202017%202018%20SINDPD-MT%20%20x%20FECOM%C3%89RCIO.pdf

## Requisitos Temporais (Art. 3, V)

Os contratos atuais referente aos serviços de sustentação de softwares - Contratos TJMT nº 27/2014 e 19/2015 firmado com a Sigma- tem vigência até 2019/2020. Por se tratar de um serviço continuado, a nova empresa deve estar apta a iniciar a prestação de serviço assim que concluir este certame, a fim de evitar a descontinuidade do serviço.

Após a assinatura do contrato por ambas as partes, deverá ser realizada reunião de alimento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e em seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca do objeto. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar formalmente o seu Preposto.

No Termo de Referência terá o detalhamento, através do cronograma de execução, dos principais eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato.

## Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

**Infraestrutura tecnológica:** Não haverá necessidade de adequação ou readequação de infraestrutura tecnologia para a contratação, pois a prestação já existe e se encontra em funcionamento.

**Infraestrutura elétrica:** Não haverá necessidade de adequação ou readequação de infraestrutura elétrica para a contratação, pois a prestação já existe e se encontra em funcionamento.

**Espaço físico e mobiliário**: O TJMT já disponibiliza de espaço físico e equipamentos para possibilitar a execução dos Contratos nº 27/2014 e 19/2015. Assim, considerando que a nova contratação visa substituir os referidos contratos e, tendo em vista ainda que a natureza e escopo da contratação é bastante similar ao contrato vigente, depreende-se que a necessidade de adequação do ambiente de trabalho mínima é pequena, e será providenciada pelo PJMT.

**Impacto Ambiental**: Não haverá impacto ambiental nesta contratação.

## Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

O orçamento estimado para a contratação deste serviço pelo período anual o empenho será de R$ 13.426.070,00 (treze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e setenta reais.

Para o período de vigência contratual de 30 (trinta) meses, o valor será de R$ 33.565.175,01 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e um centavo).

# SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15)

## Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

1. **Recursos materiais**: Os materiais a serem utilizados na prestação dos serviços internos na Contratada serão os mesmos comumente utilizados pelos profissionais do DSA, tais como microcomputador, impressora, acesso à rede corporativa do PJMT para acesso às consoles administrativas, bem como acesso à *Internet*. Todos esses materiais e recursos já estão disponíveis no ambiente atual do PJMT.
2. **Recursos humanos:** A execução dos serviços prestados presume, além do acompanhamento da conformidade legal pelo Fiscal Administrativo do Contrato, o acompanhamento técnico da execução das atividades pelos fiscais, o que será realizado por profissional da área do Departamento de Sistemas e Aplicações desta CTI.

## Qualificação técnica dos profissionais

A comprovação da qualificação técnica dos profissionais deverá ser apresentada antes do início da execução do contrato, fornecendo as comprovações acerca dos requisitos de qualificação, escolaridade, experiência profissional e certificações.

O documento com a qualificação técnica de todos os perfis profissionais estará no Anexo B – Descrição da Solução do Termo de Referência.

## Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Os efeitos técnicos e da prestação jurisdicional e administrativa serão críticos em caso de interrupção contratual. A descontinuidade do fornecimento do serviço trará efeitos diretos ao PJMT, causados pela ausência do desenvolvimento e sustentação aos sistemas internos utilizados pelos servidores, colaboradores, Juízes, Desembargadores, advogados. Esta situação pode gerar indisponibilidade de sistemas, além de atrasos na detecção de problemas identificados pelos usuários que são repassados pelas equipes especialistas.

Abaixo, possíveis eventos que podem vir a ocorrer com a interrupção dos serviços e suas consequentes ações previstas:

|  |  |
| --- | --- |
| **Evento** | **Ação Preventiva** |
| * + - 1. Falência da Contratada antes do início da prestação do serviço. | Exigência de documentos que comprovem a saúde financeira da empresa. |
| * + - 1. A contratada não executar os serviços conforme as especificações. | Fazer constar no Termo de Referência as especificações e as condições de execução do objeto da forma mais detalhada possível. Fazer reunião de alinhamento com a contratada e apresentar o rigor que o PJMT acompanha a execução dos serviços. |
| * + - 1. Empresa não ter interesse na renovação do contrato dentro do período de 60 (sessenta) meses. | Manter bom relacionamento com a empresa. Edital e Termo de Referência claros para que a empresa não se sinta prejudicada durante a execução do contrato. |
| * + - 1. Falência da Contratada durante a execução do contrato. | Acompanhar a manutenção dos requisitos de habilitação da empresa durante a execução do contrato. |

Havendo descontinuidade, verificam-se uma medida minimizadora dos efeitos desse tipo de situação:

1. O PJMT proceder contratação imediata emergencial nos moldes permitidos na Lei nº 8.666/1993.

## Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

* + 1. **Encerramento contratual:** Quando do final do período de vigência do contrato do serviço, deverá ser aberto novo projeto, 12 (dose) meses antes término daquele, para início das tratativas para a nova contratação, vez que contratação de alta complexidade.
    2. **Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação:** Não se aplica.
    3. **Transferência de conhecimentos:**
* A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Transição, no prazo de 90 (noventa) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços. O CONTRATANTE poderá estabelecer prazo inferior a 90 (noventa) dias corridos, no caso de haver rescisão contratual.
* A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pelo CONTRATANTE. A sua duração não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias corridos.
* O Plano de Transição dos Serviços deve tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos:
  + - 1. Identificação dos profissionais da CONTRATADA que irão compor a equipe de transferência de conhecimentos, bem como os seus papéis e as suas responsabilidades;
      2. A CONTRATANTE se reserva o direito de envolver profissionais terceiros na equipe de transferência de conhecimento caso o repasse seja necessário à nova execução contratual.
      3. Cronograma geral do repasse, identificando para cada serviço ou tipo de serviços: as etapas e as atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários, quando aplicável. O cronograma será avaliado e poderá ser complementado nas primeiras reuniões para aprovação do cronograma definitivo pelo CONTRATANTE;
      4. Plano de gerenciamento de riscos e plano de contingência;
      5. Estratégia de acompanhamento do encerramento;
      6. Descrição da forma de entrega, ao CONTRATANTE, de todos os dados em poder da CONTRATADA;
      7. Relação das Ordens de Serviço canceladas automaticamente em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados.
* As Ordens de Serviço que estiverem em execução ao final do contrato serão canceladas automaticamente, registrando-se como data de cancelamento a data final do contrato.
* Para as Ordens de Serviço que estejam suspensas ao final do contrato, o cancelamento será automático.
* Não haverá cancelamento de Ordens de Serviço de Garantia, que deverão ser executadas em sua plenitude.
  + 1. **Revogação de perfis de acesso e eliminação de caixas postais:** Todas as caixas postais e perfis de acesso criados em função da prestação do serviço contratado serão revogados e/ou bloqueados imediatamente após o término da vigência contratual. O DSA manterá, para fins de auditoria, registro dos acessos efetuados pelos profissionais da contratada, bem como das mensagens de correio eletrônico relativas às caixas postais corporativas utilizadas para a prestação dos serviços.

## Período de Estabilização

O objeto que será contratado não permite sua sobreposição em relação ao contrato vigente. Assim, para que não haja prejuízo à nova Contratada, haverá um período de estabilização em que serão aplicados redutores nos indicadores de prestação do serviço.

O período de estabilização compreende os primeiros 150 (cento e cinquenta) dias após o início da execução dos serviços, durante os quais os resultados esperados nos indicadores e nos níveis de serviços e de qualidade exigidos poderão ser implementados gradualmente, de modo a permitir à Contratada realizar a adequação de seus serviços e alcançar, ao término desse período, o desempenho requerido em contrato. Essa flexibilização, porém, será restrita aos limites destacados abaixo:

1. Para o 1º (primeiro) mês de execução: não será necessário atingir nível mínimo de indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos.
2. Para o 2º (segundo) mês de execução: atingir, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
3. Para o 3º (terceiro) mês de execução: atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
4. Para o 4º (quarto) mês de execução: atingir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
5. Para o 5º (quinto) mês de execução: atingir, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis de serviço e de qualidade exigidos;
6. Do 6º (sexto) mês de execução em diante a Contratada: deverá atingir 100% (cem por cento) dos resultados esperados nos indicadores/níveis serviço e de qualidade exigidos.

## Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

Para que o conhecimento técnico relativo aos sistemas desenvolvidos ou mantidos pela contratada seja preservado no âmbito do PJMT, o corpo técnico de servidores do Departamento de Sistemas e Aplicações deverá acompanhar e supervisionar as atividades locais e os códigos dos sistemas produzidos, garantindo adequação das técnicas utilizadas na produção às boas práticas consagradas pelas disciplinas de engenharia de software.

A supervisão e aceite técnicos favorecerão a absorção do conhecimento e técnica utilizados nos sistemas produzidos pela CONTRATADA, bem como a documentação e padronização de procedimentos utilizados principalmente nas manutenções dos códigos dos sistemas críticos para o PJMT.

A Contratada deverá assinar um termo de confidencialidade em que reconhecerá que, em razão da prestação de serviços ao PJMT, tem acesso a informações que pertencem ao PJMT, que devem ser tratadas como sigilosas.

A contratada fica proibida de veicular ou comercializar produtos gerados, relativos ao objeto da prestação dos serviços, sem a prévia autorização do CONTRATANTE.

## Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais

Em conformidade com o art. 111, da Lei nº 8.666, de 1993, devem ser preservados os direitos autorais e intelectuais dos produtos gerados durante a vigência do Contrato. Assim, são estabelecidas as seguintes condições:

1. Nos quesitos desenvolvimento e sustentação de softwares, ambos são documentos com informações de propriedade permanente e direitos exclusivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, sendo terminantemente proibido qualquer forma de compartilhamento, distribuição ou publicação.

# ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16)

## Natureza do Objeto (Art. 16, I)

O objeto a ser contratado possui características comumente encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Estudo Preliminar.

Verifica-se também que os serviços pretendidos são de natureza contínua, ou seja, podem ser estendidos por mais de um exercício financeiro, pois são necessários à manutenção do desempenho de atividades essenciais deste PJMT, cuja interrupção afeta a qualidade dos serviços de TIC oferecidos aos seus usuários.

## Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

Em caso assemelhado à contratação em tela, o Acórdão 1099/2008 do TCU sustentou que o desenvolvimento e as manutenções adaptativas, perfectivas e evolutivas não devem ser parcelados, pois quem tem melhores condições para prestar o serviço de manutenção será a Contratada que a desenvolveu, já que os conhece a fundo, incentivando que sejam feitos sistemas com qualidade, que tenham baixo índice de incidentes e melhor manutenibilidade, não havendo, por isto, razões bastantes para o parcelamento.

Entende-se que eventual parcelamento do objeto em lotes, apesar de teoricamente possível, traria risco de majorar o custo por posto de trabalho, ante redução de ganhos de escala não compensados por efetivo aumento de competição no certame.

Adicionalmente, no caso de sistemas pré-existentes, desenvolvidos pelo próprio PJMT ou por outras contratadas, a separação do serviço de manutenção, inclusive do tipo corretiva, também não se justificaria devido ao baixo volume do serviço isolado, não havendo como prosperar alegação de ganho de escala.

A justificativa de não parcelamento encontra guarida também no Art. 3º, § 3º, da Instrução Normativa 02/2008 SLTI/MPOG, em redação dada pela IN 03/2009 SLTI/MPOG, onde se encontra estabelecido que é “admissível a aquisição por lote único quando, comprovada e justificadamente, houver inter-relação entre os serviços contratados, gerenciamento centralizado ou implicar em vantagem para a Administração”, como é o caso.

Perceba-se que o argumento tem amparo na Lei n. 8.666/1993, Art. 23, § 1º, que detalha que as contratações de obras, serviços e compras em geral deverão ser parceladas em “tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis”, enaltecendo o fato de que as contratações deverão observar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Nesta exegese seguiram o Tribunal de Contas da União (TCU), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), O Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) e a Caixa Econômica Federal, que contrataram recentemente objeto semelhante sem parcelá-lo (vide Anexo B).

Dessa forma, o valor da contratação deverá ser o **menor preço global do lote, previamente ao menor preço individual de cada item.**

### Subcontratação

Não será permitida a subcontratação.

### Do consórcio:

A divisão da solução não é tecnicamente viável e existem fornecedores para toda a solução, não sendo necessário, portanto, a aceitação da participação de consórcios.

## Modalidade, Tipo de Licitação e Critérios de Habilitação

### Modalidade, Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j, Resolução 182/2013-CNJ)

A contratação da solução ora pretendida é oferecida por diversos fornecedores no mercado de TIC, vez que apresenta características padronizadas e usuais. Assim, trata-se de serviço comum e, portanto, licitação via Pregão, em sua forma eletrônica, pelo tipo menor preço global.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### Não aplicação da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

Não há óbice. Ter-se-á aplicação da Lei Complementar.

## Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)

Classificação: 33.90.37

Unidade Orçamentária: 03.601 Fonte: 640

3.3.90.37.000 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

O serviço será prestado para a 2ª instância.

## Vigência Contratual (Art. 16, VI)

 Considerando que o presente Termo de Referência especifica a vigência contratual de 30 (trinta) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, cabe esclarecer alguns pontos acerca da presente necessidade:

1. Os contratos de serviços contínuos guardam especial peculiaridade no que diz respeito à definição de sua vigência. Essa peculiaridade tem origem no disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, que os excepciona da limitação ao exercício financeiro respectivo e permite sua prorrogação por períodos até o máximo de 60 (sessenta);
2. Observa-se que, caso o contrato seja celebrado com a vigência de 30 (trinta) meses, poderá ter prorrogações até que se atinja o limite máximo de que cuida a lei. Portanto, a disciplina legal do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 terá sido cumprida, na medida em que a necessidade de prorrogação foi devidamente atendida;
3. No caso específico, a adoção da metodologia de fixação do prazo contratual em 30 (trinta) meses, de um lado racionaliza a gestão pública e economiza recursos humanos e financeiros, de outro, fomenta a economia de escala nos contratos de serviços contínuos, de modo a permitir uma melhor proposta da parte dos potenciais interessados.
4. Entende-se que o período padrão de 12 (doze) meses é curto para a contratação dos serviços de projeto e manutenção de software em virtude de que a prestação deste tipo de serviço requerer curva significativa de aprendizado e aclimatação.
5. Ademais, os estudos técnicos preliminares visando a contratação deste objeto requerem prazo maior do que o usual em virtude de, ainda, se tratar de certame com alto risco de execução contratual inadequada.
6. Por estas razões, na hipótese de contratação inicial somente por 12 (doze) meses, estima-se que mal a execução contratual estaria se estabilizando e o TJMT já teria que realizar juízo de oportunidade e conveniência acerca de eventual prorrogação contratual, questionar a empresa sobre o seu interesse em renovar o vínculo contratual e eventualmente iniciar estudos visando nova contratação.

O período de vigência do contrato de prestação continuada dos serviços pretendidos deverá ser de 30 (trinta) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

## Equipe de Planejamento e Apoio à Contratação (Art. 16, VII e VIII)

Para a composição da Equipe de Apoio e Gestão da Contratação, foram feitas as seguintes indicações, conforme Portaria nº 128/2019-PRES:

* Integrante demandante (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Danilo Pereira da Silva |
| Matrícula | 5545 |
| E-Mail | [danilo.silva@tjmt.jus.br](mailto:danilo.silva@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Diretor do Departamento de Sistemas e Aplicações |
| Assinatura |  |

* Integrante demandante substituto (art. 12, §5º, inciso III da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Rafael Brecailo Kloeckner |
| Matrícula | 13014 |
| E-Mail | [rafael.kloeckner@tjmt.jus.br](mailto:rafael.kloeckner@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Sistemas e Aplicações |
| Assinatura |  |

* Integrante técnico (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | João Vitor Paes de Barros do Carmo |
| Matrícula | 23571 |
| E-Mail | [joao.carmo@tjmt.jus.br](mailto:joao.carmo@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Sistemas e Aplicações |
| Assinatura |  |

* Integrante técnico substituto (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Thiago de Souza Amadeo |
| Matrícula | 37131 |
| E-Mail | [thiago.amadeo@tjmt.jus.br](mailto:thiago.amadeo@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Sistemas e Aplicações |
| Assinatura |  |

* Fiscal e Integrante administrativo (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marco Antonio Molina Parada |
| Matrícula | 5548 |
| E-Mail | [marco.parada@tjmt.jus.br](mailto:marco.parada@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

* Fiscal e Integrante administrativo substituto (art. 12, §7º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Anderson Domingues Augusto |
| Matrícula | 10082 |
| E-Mail | [anderson.augusto@tjmt.jus.br](mailto:anderson.augusto@tjmt.jus.br) |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria Administrativa |
| Assinatura |  |

# ANÁLISE DE RISCOS (Art. 17)

## Identificação dos Riscos (Art. 17, I)

Os riscos identificados encontram-se enumerados nas tabelas abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 01** | | Não aprovação dos artefatos do planejamento da contratação. | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Atraso na publicação do edital, podendo inviabilizar a contratação; | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Reunir com autoridades superiores para sensibilização e aprovação dos artefatos. | | Equipe de Planejamento | |
| 1.2 | Estabelecer procedimentos para que a área administrativa acompanhe a elaboração dos artefatos, evitando envios e devoluções do processo. | | Integrante Demandante | |
| 1.3 | Monitorar o tempo de cada Coordenadoria e/ou Diretoria. | | Integrante Demandante | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Priorizar a ação de acompanhamento e construção do projeto, através de força conjunta entre os departamentos. | | Equipe de Planejamento | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 02** | | Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixo ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Não implantação da Solução, não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Elaborar o planejamento da contratação considerando soluções similares em outros órgãos. | | Equipe de Planejamento. | |
| 1.2 | Definição dos critérios com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle. | | Equipe de Planejamento. | |
| 1.3 | Verificar o teor de impugnações e recursos em contrações similares. | | Equipe de Planejamento. | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Alocar integralmente os servidores responsáveis e que confeccionaram o TR, para dar respostas e, consequentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório. | | Equipe de Planejamento | |
| 1 | Mitigar e eliminar as causas que obstruem o processo licitatório. | | Equipe de Planejamento | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 03** | | Baixa concorrência para fornecimento dos objetos da STIC**.** | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Baixa concorrência ou até mesmo licitação deserta | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1.1 | Realizar ampla pesquisa de preços. | | Equipe de Planejamento | |
| 1.2 | Divulgar amplamente a licitação. | | Departamento Administrativo | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Reavaliar requisitos do Termo de Referência e realizar nova licitação. | | Integrante Demandante com a equipe de planejamento da CTI | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 04** | | Contratação de uma solução que poderia ser evitada ou ser executada em melhores condições. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixo ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Problemas durante a gestão do contrato | | | |
| 2 | Execução de contratações desalinhadas dos objetivos estabelecidos nos planos do TJMT | | | |
| 3 | Adoção de tipo de solução obsoleta ou próximo da obsolescência | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Buscar documentos (Estudos Preliminares, Termo de Referência e Contratos) de outros órgãos que contratam objeto semelhante. | | Equipe de Planejamento. | |
| 2 | Fazer levantamento exaustivo das nuances desta Solução de TIC a fim de evitar a celebração de aditivos ou novas contratações não observadas nesta contratação. | | Equipe de Planejamento. | |
| 2 | Utilizar os artefatos da licitação anterior referente a mesma solução ou similar, sempre que houver. | | Equipe de Planejamento. | |
| 3 | Verificar a perspectiva de amadurecimento de cada tipo de solução em análise, descartando aquelas consideradas obsoletas ou próximas da obsolescência. | | Equipe de Planejamento. | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Realizar nova licitação. | | Integrante Demandante | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 05** | | Execução dos serviços de forma precária ou abaixo da qualidade prevista | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( x) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Atraso na prestação de serviços finalísticos | | | |
| 2 | Insatisfação dos usuários dos recursos tecnológicos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Revisar pormenorizada das cláusulas edilícias, especialmente no que tange o Acordo de Nível de Serviço e Obrigações da Contratada. | | Equipe de Planejamento | |
| 1 | Auxiliar na instrução da indicação dos integrantes da equipe de fiscalização antes do início da fase seleção de fornecedor. | | Coordenador de Tecnologia da Informação | |
| 2 | Acompanhar a execução do contrato e atuação pró ativa dos fiscais. | | Equipe de Fiscalização | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Fortalecer o acompanhamento dos níveis de serviço/indicadores estabelecidos. | | Fiscal técnico | |
| 1 | Aplicar as sanções previstas no Edital. | | Fiscal técnico | |
| 1 | Intensificar a comunicação com a Contratada. | | Fiscal técnico | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 06** | | Insatisfação dos fiscais demandantes | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Serviços entregues sem a qualidade devida | | | |
| 2 | Serviços entregues fora dos prazos definidos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Aprimorar o acompanhamento técnico das atividades previstas. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
| 2 | Aprimorar a conferência das informações antes de serem repassados. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Melhorar a especificação dos requisitos, de modo a representar todas as situações necessárias. | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |
| 2 | Aplicação de penalidades | | Fiscal Demandante e Fiscal Técnico | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 07** | | Empresa contratada falha com a execução implicando inexecução parcial ou total. | | Grau do risco  (ALTA) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Paralisação parcial do serviço | | | |
| 2 | Paralisação total do serviço | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Composição de sanções contratuais adequadas. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 2 | Contratação Emergencial. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
|  |  | |  | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x ) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 08** | | Defasagem de conhecimento tecnológico dos profissionais. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Insatisfação dos clientes do PJMT com a prestação dos serviços | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Exigência no Termo de Referência de qualificação para todos os prestadores de serviços.  Fixação de limites salariais mínimos para os profissionais. | | Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Fortalecer o acompanhamento dos níveis de serviço/indicadores estabelecidos. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
| 1 | Verificar se a Contratada está promovendo as capacitações de seus profissionais de modo que eles tenham condições de se aperfeiçoar tecnicamente à medida das evoluções tecnológicas da infraestrutura do PJMT. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **REFERENTE À FASE**  **( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor**  **( x) Gestão do Contrato** | | | | |
| **Risco 09** | | Influência do PJMT no alcance dos níveis e indicadores. | | Grau do risco  (MÉDIO) |
| Probabilidade | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| Impacto | | ( ) Baixa (x ) Média ( ) Alta | | |
| **Id.** | **Dano** | | | |
| 1 | Prejuízos à contratada, uma vez que serão aplicadas glosas nos pagamentos | | | |
|  | **Ação Preventiva** | | **Responsável** | |
| 1 | Revisar pormenorizada as cláusulas no que tange ao Acordo de Nível de Serviço e acordar com a Contratada. | | Fiscal Técnico | |
|  | **Ação de Contingência** | | **Responsável** | |
| 1 | Avaliar a maturidade dos requisitos no momento da seleção do projeto a ser desenvolvido com o serviço contratado. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |
| 1 | As intervenções técnicas somente serão realizadas mediante autorização do fiscal técnico que acompanha a prestação do serviço em sua unidade. | | Equipe de Planejamento da Contratação | |

# APROVAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR

Cuiabá, 23 de março de 2021.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Danilo Pereira da Silva**  Integrante Demandante |  | **João Vitor Paes de Barros do Carmo**  Integrante Técnico |  | **Marco Antonio Molina Parada**  Integrante Administrativo |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Rafael Brecailo Kloeckner**  Integrante Demandante Substituto |  | **Thiago de Souza Amadeo**  Integrante Técnico Substituto |  | **Anderson Domingues Augusto**  Integrante Administrativo Substituto |

# Anexo A

Lista de Potenciais Fornecedores

Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis para o PJMT.

| **Item** | **Fornecedor** |
| --- | --- |
| **1** | **Nome: Ábaco Tecnologia de Informação LTDA**  **Sítio: http://www.abaco.com.br/**  **Telefone: (65) 3617-0777**  **E-mail: douglas.dias@abaco.com.br**  **Contato: Douglas Dias** |
| **2** | **Nome: Algar Tecnologia e Consultoria S. A.**  **Sítio: http://www.algartech.com.br/**  **Telefone: (61) 3246-3100**  **E-mail: janainabr@algartecnologia.com.br**  **Contato: Janaína Barbeitos Ribeiro** |
| **3** | **Nome: BARYON SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**  **Sítio: https://www.baryon.com.br/**  **Telefone:** [**61 3306-2001**](tel:+55%2061%203306-2001)  **E-mail:** [**sac@baryon.com.br**](mailto:sac@baryon.com.br) |
| **4** | **Nome: B2BR Business to Business Informática**  **Telefone: (61) 3426-3307**  **E-mail: daniele.figueiredo@b2br.com.br**  **Contato: Daniele Figueiredo** |
| **5** | **Nome: Cast Informática.**  **Sítio:** **http://**[**www.cast.com.br**](http://www.cast.com.br)  **Telefone: (61) 3429-7362**  **E-mail: daniel.zapelini@cast.com.br**  **Contato: Daniel Rosa Zapelini** |
| **6** | **Nome: Central IT Tecnologia da Informação Ltda.**  **Sítio: http://**[**www.centralit.com.br**](http://www.centralit.com.br)  **Telefone: (61) 3030-4027**  **E-mail: paula.daniela@centralit.com.br**  **Contato: Paula Daniela França** |
| **7** | **Nome:**  **CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA**  **Sítio:** **http://grupocimcorp.com/pt/**  **Telefone: (11) 2899-6000** |
| **8** | **Nome:**  **CPD Informática**  **Sítio:** **http://www.cpd.com.br/**  **Telefone: (61) 2104-3200**  **E-mail: fabricio.medeiros@cpd.com.br**  **Contato:** **Fabricio Medeiros** |
| **9** | **Nome: CRP comercio de equipamentos e suprimentos de informática**  **Sítio: https://www.crptecnologia.com.br/**  **Telefone: (63) 3212-1952**  **E-mail:** [**comercial@crptecnologia.com.br**](mailto:comercial@crptecnologia.com.br)  **Contato: Ricardo ou Diogo** |
| **10** | **Nome: CTIS TECNOLOGIA S.A**  **Sítio: https://www.ctis.com.br/**  **Telefone: (61) 3426-9252**  **E-mail: Caroline.freire@ctis.com.br**  **Contato: Caroline Freire** |
| **11** | **Nome: COMERCIAL LENA LTDA - LENATEC**  **Sítio: http://www.lenatec.com.br/v2/main/index.asp**  **Telefone: (27) 2123 0700**  **E-mail: marcio@lenatec.com.br**  **Contato:** **Márcio** |
| **12** | **Nome: CTZ CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA**  **Sítio: https://www.ctz.com.br**  **Telefone: (51) 3026-2722**  **E-mail: licitacao@ctz.com.br** |
| **13** | **Nome: DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**  **Sítio: http://www.datainfo.inf.br/**  **Telefone: (47) 3340-2990**  **E-mail: licitacao@datainfo.inf.br**  **Contato: Marcelo José Ferrari** |
| **14** | **Nome: DIGISYSTEM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**  **Sítio: http://www.digisystem.com.br/**  **Telefone: 11 3528-3000**  **E-mail:** [**comercial@digisystem.com.br**](mailto:comercial@digisystem.com.br) |
| **15** | **Nome: DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**  **Sítio: http://www.dssnet.com.br/**  **Telefone: (65) 3614-8220**  **E-mail: Fernando.bellezzia@dssnet.com.br**  **Contato: Fernando Bellezzia** |
| **16** | **Nome: EFICACIA ORGANIZACAO LTDA**  **Sítio: http://efor.com.br/**  **Telefone: (61) 3039 1717** |
| **17** | **Nome: ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A**  **Sítio: https://www.engesoftware.com.br/**  **Telefone: (61) 3362 5000**  **E-mail:** [**comercial@engesoftware.com.br**](mailto:comercial@engesoftware.com.br) **giuliano.boccucci@engesoftware.com.br**  **Contato: Giuliano Boccucci** |
| **18** | **Nome: EWAVE DO BRASIL INFORMÁTICA**  **Sítio: http://www.ewave.com.br/**  **Telefone: 61-3967-3971**  **E-mail: Thiago.atanazio@gpnet.com.br**  **Contato: cezar.oliveira@ewave.com.br** |
| **19** | **Nome: G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A.**  **Sítio: http://www.gpnet.com.br/**  **Telefone: 11 3889-6300**  **E-mail: Thiago.atanazio@gpnet.com.br**  **Contato: Thiago Atanazio** |
| **20** | **Nome: GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA**  **Sítio: https://www.globalweb.com.br/outsourcing/**  **Telefone: 11 3304 3200**  **E-mail: Larissa.jesus@globalweb.com.br**  **Contato: Larissa Jesus** |
| **21** | **Nome: HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA**  **Sítio: http://www.hepta.com.br/**  **Telefone: (61) 3961-7777**  **E-mail: shirley.alves@hepta.com.br**  **Contato: Shirley Alves** |
| **22** | **Nome: HOMINUS GESTAO E TECNOLOGIA LTDA**  **Sítio: http://www.gt1tecnologia.com.br/site/**  **Telefone: 62 3097-3855**  **E-mail: comercial@gt1tecnologia.com.br** |
| **23** | **Nome: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**  **Sítio: https://www.ilhaservice.com.br/website/**  **Telefone: (48) 3203-7100**  **E-mail: governo@ilhaservice.com.br**  **Contato: Bernardo** |
| **24** | **Nome: IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA**  **Sítio: http://www.ibrowse.com.br/servicos**  **Telefone: (51) 3458-3160**  **E-mail: ibrowse@ibrowse.com.br** |
| **25** | **Nome: INFOTEC CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA**  **Sítio: http://infotecbrasil.com.br/**  **Telefone: (21) 2240-1300**  **E-mail:** [**andre.klein@infotecbrasil.com.br**](mailto:andre.klein@infotecbrasil.com.br)  **Contato: André Klein** |
| **26** | **Nome: INTEROP INFORMÁTICA LTDA**  **Sítio: http://new.interop.com.br**  **Telefone: (11) 4063-7881**  **E-mail: negocios@interop.com.br** |
| **27** | **Nome: IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E SISTEMAS LTDA**  **Sítio: http://www.ios.com.br/**  **Telefone: 61 3533-0003**  **E-mail: Larissa.costa@ios.com.br**  **Contato: Larissa Costa** |
| **28** | **Nome: JOIN TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA**  **Sítio: http://www.jointecnologia.com.br/**  **Telefone: (51) 3084-3710**  **E-mail: comercial@jointecnologia.com.br** |
| **29** | **Nome:**  **Lanlink**  **Sítio:** **http://www.lanlink.com.br/**  **Telefone: (61) 3329-1105**  **E-mail: Valdinei.zimmer@lanlink.com.br**  **Contato:** **Valdinei Zimmer** |
| **30** | **Nome: LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA**  **Sítio: https://www.lifecon.com.br/**  **Telefone: (61) 3037-1680** |
| **31** | **Nome: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A**  **Sítio: https://www.montreal.com.br/**  **Telefone: (21) 2291-6116**  **E-mail: rosane.santos@montreal.com.br**  **Contato: Rosane Santos** |
| **32** | **Nome: MIRANTE TECNOLOGIA S/A**  **Sítio: www.mirante.net.br**  **Telefone: (61) 3533 – 0500**  **E-mail: maria.silva@mirante.net.br** |
| **33** | **Nome: NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA**  **Sítio: http://www.nexa.com.br/**  **Telefone: (21) 3030-9480**  **E-mail: mirian@nexa.com.br**  **Contato: Mirian** |
| **34** | **Nome: SIGMA DATASERV INFORMÁTICA S.A**  **Sítio: http://www.sigma.com.br/**  **Telefone: (41) 3028-7200**  **E-mail: licitacoes@sigma.com.br**  **Contato: Graziele** |
| **35** | **Nome: SIMETRYA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**  **Sítio: http://www.simetrya.com.br/**  **Telefone: 65 3642-1881**  **E-mail: simetrya@simetrya.com.br**  **Contato: Carla** |
| **36** | **Nome: Sopho Business Communications**  **Sítio: http://www.damovo.com.br**  **Telefone: (61) 3316 9134**  **E-mail: wellington.lemos@sopho.com.br**  **Contato: Wellington Lemos** |
| **37** | **Nome: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S. A.**  **Sítio: http://stefanini.com/br/**  **Telefone: (61) 3704-8400** |
| **38** | **Nome: Tecnisys Ltda.**  **Sítio:** **http://www.tenisys.com.br**  **Telefone: (61) 3039-9700**  **E-mail: marco.boaventura@tecnisys.com.br**  **Contato: Marco Boaventura** |
| **39** | **Nome: Vert Soluções em TI**  **Sítio:** **http://www.vert.com.br/**  **Telefone: (61) 2103 1016**  **E-mail: sergio.mamede@vert.com.br**  **Contato: Sérgio Mamede** |
| **40** | **Nome: Valesk Construções Comercio e Representações ltda**  **Sítio:** **http://valesk.com.br/site/**  **Telefone: 61 3525-1300**  **E-mail:** [**atendimento@valesk.com.br**](mailto:atendimento@valesk.com.br) |

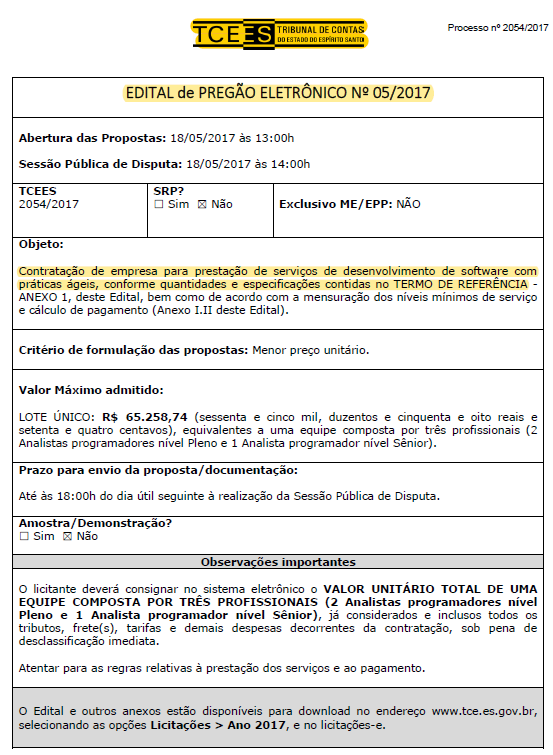
# Anexo B

Contratações Públicas Similares

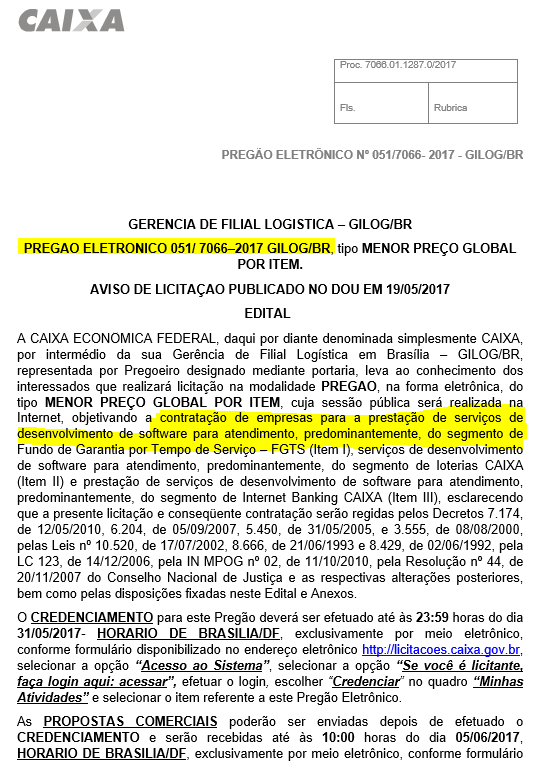
Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis para o PJMT.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Código UASG | Órgão | Pregão | Objeto |
| **30001** | **Tribunal de Contas da União** | **PE nº 46/2018** | **Terceirização TI** |
| licitacoes-e – Banco do Brasil | Tribunal de Contas do Estado – Espírito Santo | PE nº 6/2017 | Terceirização TI |
| licitacoes.  caixa | Caixa Econômica Federal | PE nº 051/7066- 2017 - GILOG/BR | Terceirização TI |
| 50001 | Superior Tribunal de Justiça | PE nº 129/2018 | Terceirização TI |

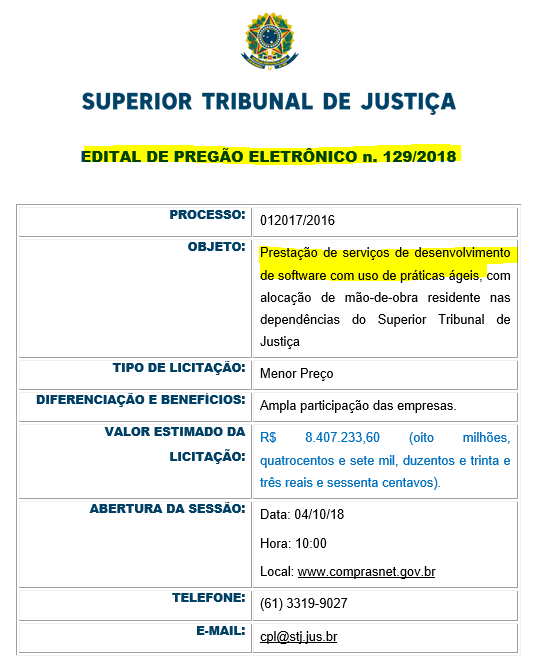
1. **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**



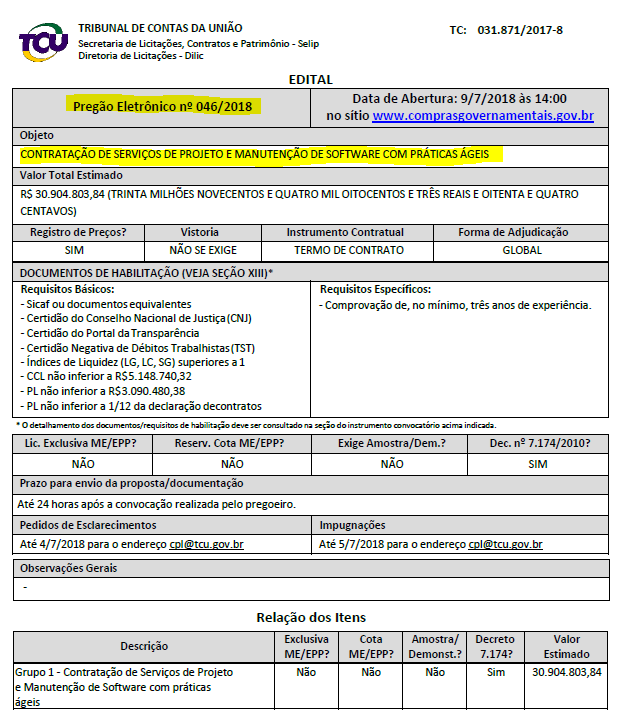
1. **Caixa Econômica Federal**



1. **Superior Tribunal de Justiça**



1. **Tribunal de Contas da União**



# Anexo C

Composição da formação de preços salariais dos profissionais

Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis para o PJMT.

Pesquisa de mercado, com os salários praticados para os profissionais especializados:

A qualificação que se entende necessária ao prestador de serviço deve ser dividida em duas partes: conhecimentos técnicos e competências comportamentais do profissional.

As exigências técnicas, incluindo formação acadêmica e certificações requisitadas ao profissional referem-se a tecnologias e metodologias de trabalho necessárias ao desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos do PJMT, considerando as plataformas tecnológicas, a arquitetura de software a ser seguida, níveis de qualidade exigidos e práticas de desenvolvimento em uso nesta Coordenadoria de TI.

Entende-se que as competências comportamentais exigidas, como proatividade, trabalho em equipe, eficácia de auto gerenciamento e tomada de decisão, capacidade de comunicação, entre outros, são essenciais para o desenvolvimento e manutenção de software quando adotadas metodologias ágeis.

A complexidade das plataformas tecnológicas utilizadas para o desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos do Tribunal, em conjunto com o alto nível de exigência em termos da qualidade do produto de software construído, implica na exigência de profissional altamente especializado.

Fonte 1 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (APINFO-2019) \*** |
| Líder de Projetos – Equivale ao Gerente de Projetos | R$ 9.571,00 |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 9.913,00 |
| Analista de Sistemas | R$ 6.409,00 |
| Programador C# – Equivale ao Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 4.396,00 |
| Analista Programador Java – Equivale ao Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 6.488,00 |
| Analista Funcional - Desenvolvedor Sênior | R$ 7.091,00 |
| Analista de Qualidade | R$ 5.053,00 |
| Analista de Testes – Equivale ao Analista de UX | R$ 6.515,00 |

\*Fonte: <http://www.apinfo2.com/apinfo/informacao/p12sal-br.cfm>

Fonte 2 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Robert Half Guia Salarial 2019)\*** |
| Líder de Projetos – Equivale ao Gerente de Projetos | R$ 8.640,00\*\* |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 9.000,00 |
| Analista de Sistemas | R$ 8.200,00 |
| Analista Programador Java – Equivale ao Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 6.156,00\*\*\* |
| Administrador de Sistemas - Desenvolvedor Sênior | R$ 7.000,00 |

\*Fonte: https://www.roberthalf.com.br/guia-salarial

\*\* Incluso 8% no valor de R$ 8.000,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil

\*\*\* Incluso 8% no valor de R$ 5.700,00 devido a solicitação de habilidades específicas para o perfil.

Fonte 3 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **TJMT (Contrato 132/2017)\*** |
| Gerente de Projetos | R$ 8.369,60 |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 8.775,77 |
| Analista de Requisitos – Equivale ao Analista de Sistemas | R$ 7.463,57 |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 7.005,54 |
| Analista de Qualidade | R$ 4.772,60 |

\*Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/Institucional/G/604>

\*\* Incluso o valor de 2,5% referente ao dissídio coletivo 2018-2019.

Fonte 4 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **TJMT (Contrato 27/2014)\*** |
| Controlador de Projetos | R$ 7.699,59 |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 7.699,59 |
| Analista de Sistemas | R$ 7.057,96 |
| Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 3.721,47 |
| Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 5.389,71 |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 6.416,32 |
| Técnico Qualidade de Software Sênior – Equivale ao Analista de Qualidade | R$ 5.004,73 |
| Web Designer – Equivale ao Analista de UX | R$ 5.774,70 |
| Web Designer | R$ 5.774,70 |

\*Fonte: <http://www.tjmt.jus.br/Institucional/G/604>

\*\* Incluso o valor de 2,5% referente ao dissídio coletivo 2018-2019.

Fonte 5 -

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial (Remuneração PageGroup 2019)\*** |
| Analista de Projetos – Equivale ao Gerente de Projetos | R$ 9.500,00 |
| Auditor de Sistemas – Equivale ao Arquiteto de Sistemas | R$ 7.500,00 |
| Analista de Sistemas | R$ 7.000,00 |
| Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 5.000,00 |
| Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 6.500,00 |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 7.000,00 |
| Analista de Qualidade | R$ 4.000,00 |
| Analista de Testes – Equivale ao cargo de Analista de UX | R$ 6.500,00 |
| Analista de sistemas júnior – Equivale ao cargo de Web Designer | R$ 4.500,00 |

\*Fonte: https://www.pagepersonnel.com.br/central-de-conte%C3%BAdo/nossos-insights/guia-de-sal%C3%A1rios-2019

Fonte 6 –

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **SINE 2019\*** |
| Analista de Projetos – Equivale ao Gerente de Projetos | R$ 7.431,55 |
| Analista de Desenvolvimento de Sistemas – Equivale ao cargo de Arquiteto de Sistemas | R$ 9.759,44 |
| Analista de Sistemas | R$ 7.534,35 |
| Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 4.431,59 |
| Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 5.539,49 |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 6.924,36 |
| Analista de Requisitos – Equivale ao cargo de Analista de UX | R$ 6.328,09 |
| Web Designer | R$ 6.505,29 |

\*Fonte: [http://www.trabalhabrasil.com.br/media-salarial-para-{funcaomediasalarial](http://www.trabalhabrasil.com.br/media-salarial-para-%7bfuncaomediasalarial))

Fonte 7 –

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Pregão Eletrônico STJ 129/2018\*** |
| Analista Programador Java – Equivale ao cargo de Desenvolvedor Sênior | R$ 7.101,30 |

\*Fonte: https://www.lovemondays.com.br/

Fonte 8 –

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Pregão Eletrônico TCU 46/2018\*** |
| Analista Programador Java Pleno –Equivale ao Analista de Sistemas | R$ 7.222,19 |
| Analista Programador Java Sênior –Equivale ao Desenvolvedor Sênior | R$ 9.836,00 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média geral \*** |
| Gerente de Projetos | R$ 9.571,00 (Fonte 1) + R$ 8.640,00(Fonte 2) + R$ 8.369,60 (Fonte 3) + R$ 7.699,59 (Fonte 4) + R$ 9.500,00 (Fonte 5) + R$ 7.431,55 (Fonte 6) /6 = **R$ 8.535,29** |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 9.913,00(Fonte 1) + R$ 9.000,00(Fonte 2) + R$ 8.775,77(Fonte 3) + R$ 7.699,59 (Fonte 4) + R$ 7.500,00 (Fonte 5) + R$ 9.759,44 (Fonte 6) /6 = **R$ 8.774,63** |
| Analista de Sistemas | R$ 6.490,00(Fonte 1) + R$ 8.200,00(Fonte 2) + R$ 7.463,57(Fonte 3) + R$ 7.057,96 (Fonte 4) + R$ 7.000,00 (Fonte 5) + R$ 7.534,35 (Fonte 6) + R$ 7.222,19 (Fonte 7) /7 = **R$ 7.281,15** |
| Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 4.396,00 (Fonte 1) + R$ 3.721,47(Fonte 4) + R$ 5.000,00 (Fonte 5) + R$ 4.431,59(Fonte 6) /4 = **R$ 4.387,27** |
| Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 6.488,00 (Fonte 1) + R$ 6.156,00(Fonte 2) + R$ 5.389,71 (Fonte 4) + R$ 6.500 (Fonte 5) + R5.539,49 (Fonte 6) /5 = **R$ 6.014,64** |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 7.091,00(Fonte 1) + R$ 7.000,00(Fonte 2) + R$ 7.005,54(Fonte 3) + R$ 6.416,32 (Fonte 4) + R$ 7.000,00 (Fonte 5) + R$ 6.924,36 (Fonte 6) + R$ 7.101,30 (Fonte 7) + R$ 9.836,00 (Fonte 8) /8 = **R$ 7.296,82** |
| Analista de Qualidade | R$ 5.053,00 (Fonte 1) + R$ 4.772,60(Fonte 3) + R$ 5.004,73 (Fonte 4) + R$ 4.000,00(Fonte 5) /4 = **R$ 4.707,58** |
| Analista de UX | R$ 6.515,00(Fonte 1) + R$ 5.774,70(Fonte 4) + R$ 6.500,00 (Fonte 5) + R$ 6.328,09(Fonte 6) + R$ /3 = **R$ 6.279,45** |
| Web Designer | R$ 5.774,70(Fonte 4) + R$ 4.500,00(Fonte 5) + R$ 6.505,29(Fonte 6) + /3 = **R$ 5.593,33** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Perfil** | **Média Salarial utilizada para a contratação** |
| Gerente de Projetos | R$ 8.500,00 |
| Arquiteto de Sistemas | R$ 8.750,00 |
| Analista de Sistemas | R$ 7.200,00 |
| Desenvolvedor Pleno 1 | R$ 4.400,00 |
| Desenvolvedor Pleno 2 | R$ 6.000,00 |
| Desenvolvedor Sênior | R$ 7.200,00 |
| Analista de Qualidade | R$ 4.700,00 |
| Analista de UX | R$ 6.300,00 |
| Web Designer | R$ 5.500,00 |

# Anexo D

Orçamentos

Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares, com práticas ágeis para o PJMT.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARES COM PRÁTICAS ÁGEIS** | | | | | | | | | |
| LOTE ÚNICO | ITEM | SERVIÇO | UNID. DE MEDIÇÃO | QTDE | **SALÁRIO** | **PREÇO UNITÁRIO** | **VALOR UNITÁRIO MENSAL** | **VALOR ANUAL** | **VALOR VIGÊNCIA CONTRATUAL (30 MESES)** |
| Prestação de serviços técnicos de desenvolvimento e sustentação de softwares com práticas ágeis. | 1 | Gerente de Projetos de TI | Modelo híbrido – Postos de trabalho com cumprimento de níveis de serviços com medição de resultados | 4 | **R$ 8.500,00** | R$ 19.787,72 | R$ 79.150,90 | R$ 949.810,79 | R$ 2.374.526,97 |
| 2 | Arquiteto de Sistemas | 5 | **R$ 8.750,00** | R$ 20.342,11 | R$ 101.710,54 | R$ 1.220.526,47 | R$ 3.051.316,17 |
| 3 | Analista de Sistemas | 10 | **R$ 7.200,00** | R$ 16.904,93 | R$ 169.049,33 | R$ 2.028.591,98 | R$ 5.071.479,95 |
| 4 | Desenvolvedor Sênior | 17 | **R$ 7.200,00** | R$ 16.904,93 | R$ 287.383,86 | R$ 3.448.606,37 | R$ 8.621.515,92 |
| 5 | Desenvolvedor Pleno 2 | 16 | **R$ 6.000,00** | R$ 14.243,89 | R$ 227.902,32 | R$ 2.734.827,80 | R$ 6.837.069,49 |
| 6 | Desenvolvedor Pleno 1 | 10 | **R$ 4.400,00** | R$ 10.695,84 | R$ 106.958,44 | R$ 1.283.501,23 | R$ 3.208.753,07 |
| 7 | Analista de Qualidade | 4 | **R$ 4.700,00** | R$ 11.361,10 | R$ 45.444,41 | R$ 545.332,95 | R$ 1.363.332,38 |
| 8 | Analista de UX | 1 | **R$ 6.300,00** | R$ 14.909,15 | R$ 14.909,15 | R$ 178.909,85 | R$ 447.274,63 |
| 9 | Web Designer | 1 | **R$ 5.500,00** | R$ 13.135,13 | R$ 13.135,13 | R$ 157.621,55 | R$ 394.053,86 |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL – LOTE ÚNICO** | | | | **68** | **-** | **R$ 138.284,82** | **R$ 1.045.644,08** | **R$ 12.547.728,98** | **R$ 31.369.322,44** |
| **Previsão para Hora extra de 5% do valor total da vigência** | | | | | **-** | 6.914,24 | 52.282,20 | 627.386,45 | 1.568.466,12 |
| **Previsão para despesa com deslocamento de 2% do valor total da vigência** | | | | | **-** | 2.765,70 | 20.912,88 | 250.954,58 | 627.386,45 |
| **TOTAL GLOBAL** | | | | | **-** | **R$ 147.964,76** | **R$ 1.118.839,17** | **R$ 13.426.070,00** | **R$ 33.565.175,01** |

|  |
| --- |
| **OBSERVAÇÃO 1:** Os recursos necessários para o atendimento do objeto são diretamente proporcionais aos níveis de serviço estabelecidos pelo Contratante e às especificações dos profissionais contratados. A intenção desta contratação é utilizar este modelo de medição do serviço.  O custo que estará diretamente ligado ao valor global da proposta vencedora do certame e aos níveis de serviço exigidos, são os insumos de mão-de-obra. Os principais custos da empresa contratada serão direcionados para o pagamento dos profissionais que prestarão o serviço.  Assim, para facilitar esta análise de custos, nos atemos a vertente dos insumos de mão-de-obra. Entende-se que, estimar o custo total da mão-de-obra do contrato será o suficiente para embasarmos os custos totais da demanda tratada por este Estudo Preliminar.  Portanto, consoante a pesquisa realizada no Anexo D – Composição da formação de preços salariais dos profissionais, procedemos pesquisa de mercado com os salários praticados para os profissionais especializados, incluímos os valores das seguintes fontes:   * APINFO-2019 – Site dos profissionais de TI; * Guia Salarial Robert Half 2019; * Contrato do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso n. 27/2014; * Contrato do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso n. 132/2017; * Guia de Salários PageGroup 2019; * Média salarial do Sistema Nacional de Emprego – SINE 2019; * Edital do Pregão Eletrônico n. 129/2018 – Superior Tribunal de Justiça; * Edital do Pregão Eletrônico n. 46/2018 – Tribunal de Contas da União.   Através da média salarial obtida para cada profissional, utilizamos esses valores para a composição dos preços. Com este custo, aplicamos na planilha de estimativa para os profissionais, conforme arquivo utilizado pela assessoria da CF Contabilidade. |
| **OBSERVAÇÃO 2:** Foram solicitados orçamentos privados, no entanto não recebemos resposta até a saída deste projeto. Portanto, em virtude a pesquisa realizada no Anexo C que incluímos os preços de guias salariais e preços públicos. No Anexo A – Listas de Potenciais Fornecedores, são os fornecedores que participaram de licitações similares ao nosso objeto, portanto, possíveis fornecedores que irão participar desta licitação. |

1. [↑](#footnote-ref-1)